

Questões Políticas

As comunidades locais e associações comunitárias precisam de apoio técnico e financeiro para aceder aos direitos de comercialização (licenças) e aproveitar as oportunidades inerentes aos mesmos.

O fortalecimento de instituições locais permitirá a participação das comunidades na gestão das florestas e na comercialização do carvão colectivamente, melhorando a partilha dos benefícios a nível local.

Para otimizar o processo de alocação das licenças de exploração, o governo deve assegurar que as comunidades tenham informações suficientes sobre os seus direitos, responsabilidades, obrigações e opções de gestão e produção do carvão para que elas entendam as implicações das suas decisões.

Garantir que as comunidades urbanas tenham acesso a fontes de energia alternativas e viáveis, incluindo electricidade e gás, poderá reduzir a procura de carvão e lenha.

Cadeias de fornecimento de carvão vegetal de Mabalane para Maputo: quem beneficia?

O carvão vegetal é a principal fonte de energia para grande parte dos habitantes da cidade de Maputo. É também, uma fonte crucial de rendimento para os produtores rurais no distrito de Mabalane, um dos principais centros de abastecimento de carvão de Maputo. Mas as florestas de Mabalane – que fornecem a madeira para o carvão vegetal – também abastecem as populações rurais com materiais de construção, lenha e alimentos. O presente estudo revela que a falta de gestão comunitária na exploração e comércio de carvão em Mabalane tem desfavorecido as comunidades, aumentando a desigualdade de renda e causando a degradação do ecossistemas. Para inverter estas tendências, recomenda-se que os decisores políticos fortaleçam as instituições de gestão comunitária, promovam práticas de gestão sustentável, revejam os actuais regimes de licenças e invistam em fontes de energia alternativa viáveis. Isso ajudará a garantir que a exploração de carvão seja inclusiva e sustentável.

Compreendendo as ligações entre o espaço urbano e rural na cadeia de valor do carvão

O carvão é uma importante fonte de energia na maioria dos países africanos e Moçambique não é excepção. Como o crescimento da população e a urbanização levaram ao aumento da procura de carvão, as taxas de extracção da madeira para a sua produção dispararam à volta dos centros urbanos e expandiram-se nas áreas rurais.

Reconhece-se que Moçambique precisa de atender às necessidades de energia da sua

população, mas a energia de biomassa leva ao desmatamento e à degradação florestal. Mesmo a exploração selectiva para produção do carvão resulta em degradação. Normalmente depois disso segue-se uma segunda fase menos selectiva, que leva ao desmatamento e a mudanças no uso da terra. Compreender os intervenientes ao longo da cadeia de valor pode ajudar a encontrar soluções para esta questão, no contexto dos objectivos mais alargados do REDD+ de melhorar o acesso à energia sustentável e responder aos compromissos de mitigação das alterações climáticas.

A investigação em curso no âmbito do ACES analisa como as comunidades podem beneficiar equitativamente das receitas geradas ao nível local.

Em 2014, o projecto Mudanças Abruptas nos Serviços de Ecossistemas e Bem-estar em Moçambique (ACES) conduziu investigação socioeconómica e biofísica no distrito de

Mabalane, província de Gaza, principal fonte da produção de carvão que fornece combustível para Maputo. O estudo envolveu sete aldeias que estavam em diferentes fases da produção de carvão: no pico, pré-pico e pós-pico. Através de uma análise vertical da cadeia de valor, foram identificados e caracterizados os modelos de

fornecimento de carvão existentes - da produção rural à comercialização urbana - e as diferentes funções dos intervenientes. Foram igualmente examinados: a distribuição do lucro ao longo da cadeia de fornecimento, as margens de preços, despesas e volumes envolvidos.

Foram recolhidos dados através de discussões em grupos focais com produtores de carvão, entrevistas semi-estruturadas com líderes das aldeias, membros das associações carvoeiras e das aldeias e um inquérito domiciliário com 80 por cento das famílias em sete aldeias. Foram entrevistados vários intervenientes na cadeia de fornecimento, incluindo os trabalhadores nos campos de produção de carvão, motoristas de camiões que transportam o carvão proveniente de Mabalane até Maputo e técnicos florestais do distrito. Também foi examinada a documentação de licenciamento (2009-2014) dos Serviços Provinciais Florestas e Fauna Bravia (SPFFB) de Gaza.

Os resultados do presente estudo sobre a cadeia de fornecimento de carvão em Mabalane-Maputo reforçam a necessidade de intervenções integradas que lidem com os

problemas de gestão florestal e que garantam, ao mesmo tempo, a produção eficiente e a procura sustentável.

Legislação Florestal: direitos e obrigações relacionados com o carvão

A Lei Florestal de Moçambique (1999) indica que todos os envolvidos na produção de carvão comercial necessitam de uma licença. Os residentes locais e externos podem solicitá-la individual ou colectivamente através das associações locais. O produtor deve identificar a área de exploração e consultar a comunidade para estabelecer limites e negociar potenciais benefícios. Deve igualmente pagar uma taxa de licença - 75 MZN (US\$3) por saco - aos SPFFB da Direcção Provincial da Agricultura - e pagar uma licença de trânsito para o transporte anual de até mil sacos de carvão para o mercado. A licença de trânsito é o principal instrumento de controlo da aplicação da lei ao longo das rotas de transporte. O estado partilha 20 por cento das taxas de licença com a comunidade onde é realizada a exploração.

A produção de carvão em Mabalane

Entre 2009 e 2014, o número de associações permaneceu estável, mas o volume da produção de carvão licenciado para estas associações diminuiu 90 por cento. Durante o mesmo período, os titulares de licença individual aumentaram de 97 para 156, com pouca alteração no volume total licenciado (Figura 1).

Cadeias de fornecimento Mabalane-Maputo

A presente investigação identificou duas principais cadeias de fornecimento de carvão (ver figura 2):

1. Produção em pequena escala em aldeias, maioritariamente não-licenciada, com venda

QUADRO 1. Objectivo do projecto

Mudanças Abruptas nos Serviços de Ecossistemas e Bem-estar em Moçambique (ACES) é um projecto de investigação de três anos implementado pela Universidade de Edimburgo em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, IIED, Universidade do Zimbabwe e Centro para Estudos Sustentáveis da Universidade de Lund, Suécia. ACES visa produzir novos conhecimentos sobre as ligações dinâmicas entre as mudanças de uso da terra, nos serviços de ecossistemas e no bem-estar das populações rurais, para ajudar os decisores políticos e profissionais a encontrarem meios para melhor gerir as florestas de Moçambique e mitigar a pobreza rural.¹

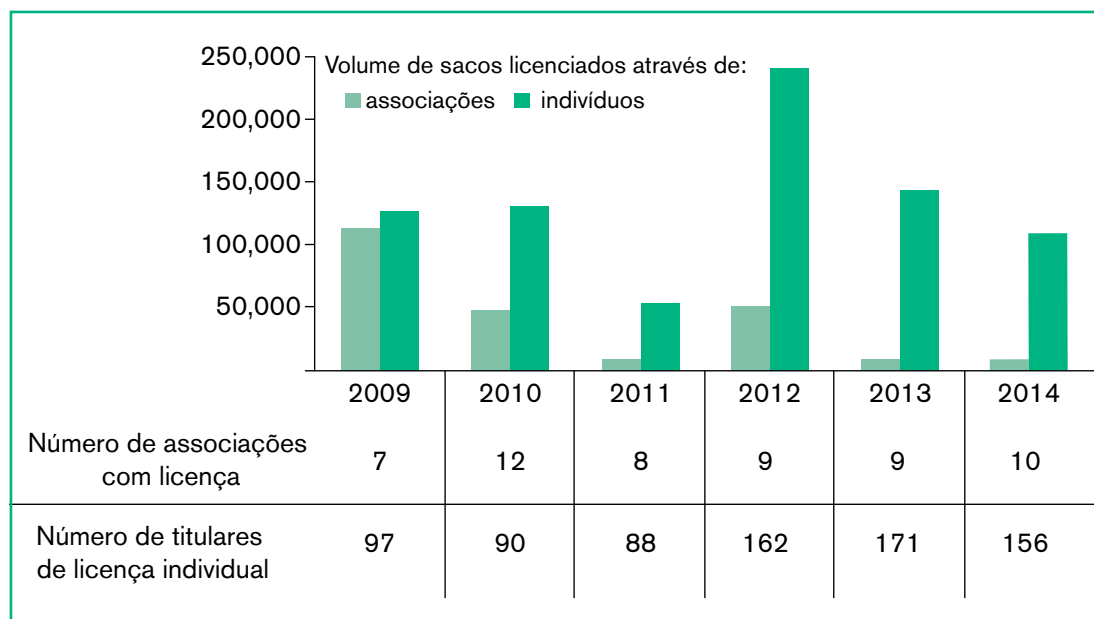


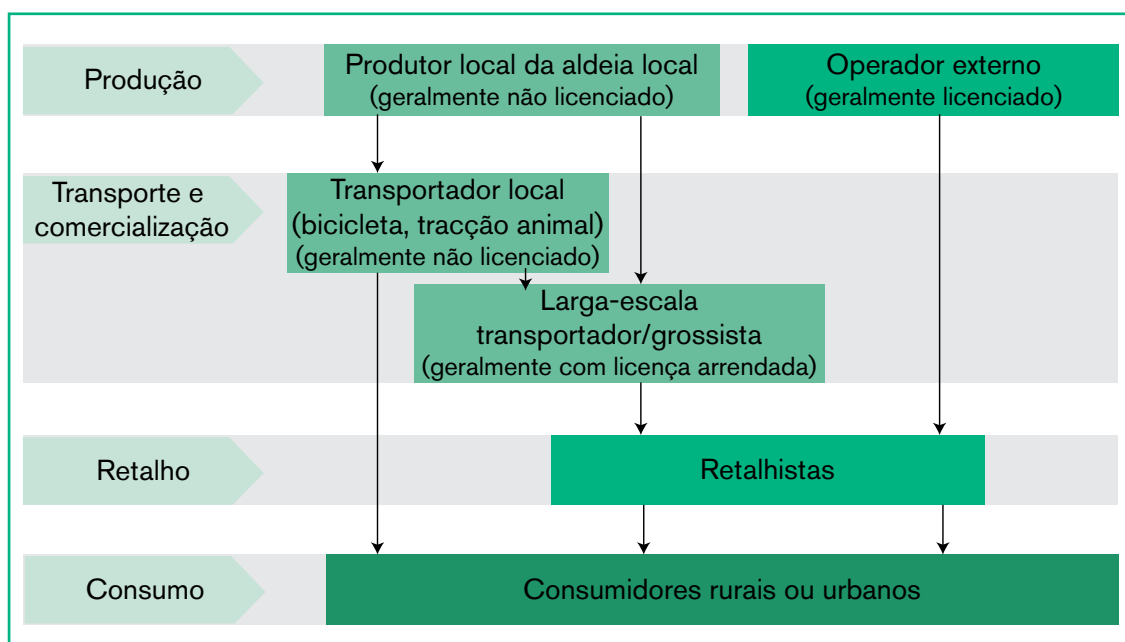
Figura 1. Produção licenciada de carvão em Mabalane

aos grossistas. Mais de 76 por cento das famílias em sete aldeias produzem uma média anual de 126 sacos de carvão por família na entressafra agrícola. Estes produtores locais têm uma área de exploração média de 2,5 hectares. A maioria não possui licença e, 91 por cento vende para grossistas urbanos licenciados (operadores de licença simples). O preço de venda local varia de 250 a 300 MZN (US\$8–10 USD) por sacco.²

2. A produção em grande escala e a comercialização é dominada por operadores

externos licenciados. Mais de 80 por cento dos titulares de licença não são residentes. São principalmente homens provenientes das zonas urbanas que estabelecem os campos de produção nas florestas da comunidade e que transportam o carvão para os mercados urbanos em Maputo, onde vendem por 900 MZN (US\$30) o sacco. Estes operadores externos pagam às comunidades até um máximo de 25.000–30.000 MZN (US\$800–1000) por um período de exploração de cinco anos, e exploram em média cerca de 359 hectares.

Figura 2. Cadeias de valor do carvão em Mabalane



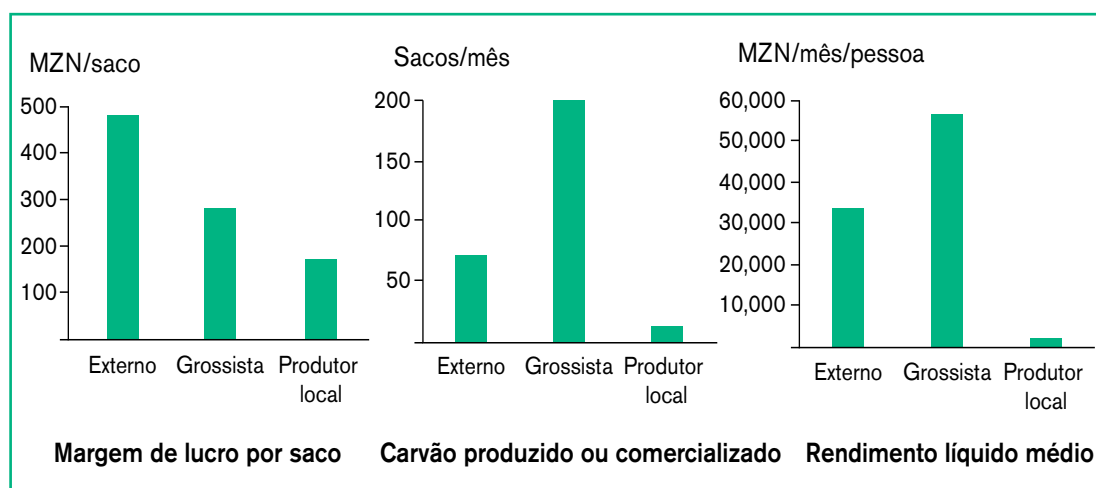


Figura 3. Receita mensal da produção de carvão

Entendimento e conformidade com a legislação florestal

O presente estudo verificou que os titulares de licença individual nem sempre exploram as áreas florestais que lhes são atribuídas. Em vez disso, alugam parte da sua licença aos grossistas, que a utilizam para comprar carvão proveniente de diferentes áreas. Esta prática ilegal está sujeita a uma pesada multa de 20.000 MZN (US\$670). E cria discrepâncias entre as áreas de exploração efectivas e as licenciadas e isso faz com que as

comunidades locais percam a sua parte da taxa de licença.

O baixo número de fiscais florestais e o elevado número de licenças emitidas têm um efeito negativo sobre o controlo e a aplicação da lei. Motoristas de camiões (operadores de licenças simples) relataram que o suborno tornou-se norma nos postos de controlo ao longo da rota de transporte de carvão. Por 200-1500 MZN (US\$7–50), os agentes fecham os olhos a irregularidades como: camiões sobrecarregados, discrepâncias entre as áreas de exploração efectivas e as licenciadas e licenças não carimbadas, que podem ser, por conseguinte, reutilizadas.

Menos de dez por cento do carvão vendido nos mercados urbanos é produzido de acordo com a legislação florestal.³

As populações locais não são devidamente informadas sobre a sua situação legal. A maioria dos produtores locais não possui licenças individuais, seja porque não percebem o processo, não podem suportar os elevados custos de transacção ou querem evitar a burocracia. Os produtores locais declararam que nem sempre são informados sobre as reuniões anuais distritais, onde as autoridades atribuem as áreas florestais aos operadores de carvão.

Os 20 por cento de taxas de licença para as comunidades locais também não são canalizadas de forma transparente. Embora a maioria dos aldeões soubesse que tinha direito a vinte por cento da taxa de licença, não tinha conhecimento de como o dinheiro era atribuído ou investido. O governo não está a canalizar os fundos às comunidades ou um número limitado de pessoas está a beneficiar-se destes pagamentos. Seja qual for o caso, as comunidades locais pouco beneficiam desta provisão legal de partilha de receitas.

As associações locais estão a tornar-se menos relevantes no comércio de carvão, por uma série de razões. Com mais operadores externos a controlarem o acesso ao mercado, os produtores locais cada vez necessitam menos dos canais de comercialização das associações. Em 2012 o aumento do valor da licença que passou de 30 para 75 MZN (US\$1 para 2,50) por saco, coincidiu com uma diminuição do

Os resultados deste estudo indicam que os operadores externos de larga escala provenientes das áreas urbanas controlam a exploração de carvão em Mabalane.

volume de produção do carvão na maior parte das aldeias, tornando o trabalho das associações economicamente inviável. E em aldeias com recursos florestais suficientes e alta produção de carvão, o limite oficial de 1000 sacos licenciados por núcleo-associação por ano tem restringido consideravelmente o trabalho das associações sobretudo aquelas com número elevado de membros.

Distribuição dos lucros: vencedores e vencidos ao longo da cadeia de valor

A Figura 3 mostra que os operadores externos - que actuam como produtores, transportadores e grossistas - têm a margem de lucro mais alta por saco. Os grossistas, com a segunda margem de lucro mais alta por saco, obtêm a maior receita mensal. Ao comprar carvão proveniente de diferentes produtores e utilizar múltiplas licenças, eles também comercializam o volume mais elevado. Os produtores locais têm a menor margem de lucro, volume e rendimento.

A cadeia de fornecimento de externos é formada por operadores que não vivem na área de produção. Mais de 80 por cento dos trabalhadores envolvidos na produção de carvão são da província de Inhambane e vivem em campos que são largamente independentes da economia das aldeias. Como resultado, eles não gastam os seus salários nas comunidades de onde extraem a madeira para produção de carvão.

Os efeitos negativos e os custos da produção de carvão para as comunidades locais não são compensados pelas receitas obtidas, de modo que elas são económica e ecologicamente desfavorecidas. Esta pesquisa sugere que apenas oito por cento das receitas da cadeia de fornecimento envolvendo forasteiros permanece na área local - e isso quando a produção está legalmente licenciada, os operadores externos pagam as devidas taxas permitindo assim que a comunidade receba os seus vinte por cento da taxa de licença. Onde a produção não é licenciada, os números são muito inferiores. As associações de aldeias locais comercializam apenas cinco por cento do carvão oficialmente licenciado. Mas nestes casos, os produtores locais estão envolvidos na cadeia de valor e até 45 por cento da receita anual total permanece ao nível da comunidade.

Conclusões e recomendações

Os resultados deste estudo indicam que os operadores externos de larga escala provenientes das áreas urbanas controlam a exploração de carvão em Mabalane. Verificou-se também que a maioria dos lucros gerados através da produção de carvão não revertem para as comunidades e que a organização frágil ou ausente e a pouca capacidade de comercialização nestas comunidades dificultam a sua integração na cadeia de valor.

Para melhorar a distribuição dos lucros totais ao longo da cadeia de valor e dar às comunidades locais um maior controlo das florestas, recomenda-se que os decisores políticos e outros intervenientes:

- apoiem o desenvolvimento de instituições locais fortes para a comercialização do carvão e a gestão sustentável dos recursos florestais
- facultem informações às comunidades sobre os seus direitos e obrigações e as opções em torno da produção, comercialização e utilização do carvão e aos agentes governamentais distritais e central sobre as suas responsabilidades
- reforcem a aplicação da lei em áreas de floresta e ao longo das rotas de transporte
- assegurem a transparência na monitorização do comércio de carvão
- aumentem o controlo das licenças e impostos (isso se aplica especialmente aos SPFFB de Gaza), e
- priorizem o desenvolvimento de fontes de energia alternativa viáveis nas áreas urbanas para reduzir a dependência do carvão e reduzir assim a sua demanda e fornecimento.

A energia proveniente da biomassa é crítica para as comunidades em Mabalane, onde a produtividade agrícola continua a ser baixa e os agricultores dependem da produção de carvão durante a estação seca e em períodos de crise. Aumentar os serviços de extensão agrícola para os pequenos agricultores, melhorar o acesso às novas tecnologias, reinvestir as receitas provenientes do carvão e promover

atividades alternativas para obtenção de receitas podem também ajudar a reduzir a dependência das comunidades locais da produção do carvão.

Sophia Baumert, Maria Matediane, Isilda Nhantumbo, Natasha Ribeiro, Frank Vollmer e Pedro Zorrilla-Miras

Sophia Baumert é investigadora de pós-doutoramento na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Maria Matediane é pesquisadora de impacto dos ACES na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Isilda Nhantumbo é a investigadora sénior do Grupo de Recursos Naturais do IIED. Natasha Ribeiro é professora na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Frank Vollmer é investigador de pós-doutoramento na Universidade de Edimburgo, Reino Unido. Pedro Zorrilla-Miras é investigador de pós-doutoramento na Universidade de Edimburgo, Reino Unido.



Knowledge Products

International Institute for Environment and Development (IIED) promove o desenvolvimento sustentável, associando prioridades locais a desafios globais. Apoiamos algumas das populações mais vulneráveis do mundo para fortalecer a sua voz durante a tomada de decisão.

Contato

Sophia Baumert
sophia.baumert@ed.ac.uk

Isilda Nhantumbo
isilda.nhantumbo@iied.org

80–86 Gray's Inn Road
London, WC1X 8NH
United Kingdom

Tel: +44 (0)20 3463 7399
Fax: +44 (0)20 3514 9055
www.iied.org

IIED welcomes feedback
via: @IIED and
www.facebook.com/theiied

Os Serviços Ecosistémicos para a Redução da Pobreza (ESPA) é um programa de investigação multidisciplinar com uma duração de sete anos e de 40,5 milhões de libras financiado pelo Department for International Development (DFID), Natural Environment Research Council (NERC) e Economic and Social Research Council (ESRC) do Reino Unido, como parte da parceria Living with Environmental Change (Conviver com as Alterações Ambientais) do Reino Unido. O objetivo do ESPA é garantir que, nos países em desenvolvimento, os ecossistemas estejam a ser geridos de uma forma sustentável que contribua para a redução da pobreza, bem como para o crescimento inclusivo e sustentável. Veja mais em: www.espa.ac.uk/about.



Notas

¹ Para mais informações sobre o projeto ACES, visite <https://miomboaces.wordpress.com>. / ² Durante o período da investigação, a taxa de câmbio estava em US\$1 = 30 MZN. / ³ Cuvilas, C A *et al.* 2010. Energy situation in Mozambique: a review. *Renewable & Sustainable Energy Reviews* 14(7): 2139–46.